

ANA PAULA BARSZCZ, ADRIANA KUNEN E GISLAINE DA SILVA FERNANDES

A influência da arquitetura na vulnerabilidade infantil: Uma análise em Francisco Beltrão PR

The influence of Architecture on child vulnerability: An analysis in Francisco Beltrão PR

Ana Paula Barszcz

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paranaense – UNIPAR (2019). Participou do PIC – Programa de Iniciação Científica pela Unipar (2018). Participou de projetos no escritório modelo de arquitetura – UNIPAR (2018).

Graduated in Architecture and Urbanism from Universidade Paranaense – UNIPAR (2019). Participated in the PIC – Scientific Initiation Program by UNIPAR (2018). Participated in projects at the architectural model office – UNIPAR (2018).

anapbarszcz@hotmail.com

Adriana Kunen

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UTP Universidade Tuiuti do Paraná (2003). Possui Especializações em Projeto de Arquitetura pelo IPOG Instituto de Pós-Graduação (2011) e Arquitetura e Construção Civil pela UNIPAR - Universidade Paranaense (2013). Mestre em Engenharia Civil pela UTFPR Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2018). Atua como docente no Curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Paranaense - UNIPAR, Campus Francisco Beltrão - PR.

Graduated in Architecture and Urbanism from UTP at the Tuiuti University of Paraná (2003). Has Specializations in Architecture Design by IPOG Postgraduate Institute (2011) and Architecture and Civil Construction by UNIPAR Universidade Paranaense (2013). Master's degree in Civil Engineering from UTFPR Federal Technological University of Paraná (2018). Acts as a teacher in the Architecture and Urbanism Course at the Universidade Paranaense – Unipar, Campus Francisco Beltrão – PR.

adrianakunen@gmail.com

Gislaine da Silva Fernandes

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em maio de 2006. Mestre em Engenharia Civil pelo Programa Engenharia de Construção (UFV) em dezembro de 2009. Foi Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIPAR, Campus Francisco Beltrão – PR.

Graduated in Architecture and Urbanism from the Federal University of Viçosa (UFV) in May 2006. Master's degree in Civil Engineering from the Construction Engineering Program (UFV) in December 2009. She was Coordinator of the Course of Architecture and Urbanism at UNIPAR, Campus Francisco Beltrão – PR.

gislainesfernandes1@gmail.com

Resumo

A exclusão social se torna cada vez mais evidente na sociedade, principalmente na vida de crianças e adolescentes que sofrem vulnerabilidade social e pobreza, o que desencadeia outros problemas sociais como marginalização e uso de drogas. No Brasil, as políticas nacionais existentes de proteção ao menor, se mostraram pouco eficientes até 1990, ano em que o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) foi criado, se tornando um marco importante neste campo. Após esse período, começou-se a pensar mais em como diminuir a exclusão desse público vítima de fragilidade socioeconômica, e em como a arquitetura e a concepção dos espaços pode influenciá-los. O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise de percepção técnica em três espaços de assistência social infantil na cidade de Francisco Beltrão, no Paraná, possuindo como metodologia um estudo bibliográfico seguido de levantamento espacial com walkthrough, avaliando itens como estrutura, acessibilidade, confortabilidade, aspectos lúdicos e segurança. O artigo apresenta de que forma a adequação dos espaços pode vir a melhorar este processo de reinserção dos mesmos à sociedade, pensando na ambiência e em seu entorno, no qual a arquitetura age como instrumento de transformações, enfatizando a influência do espaço no crescimento e desenvolvimento destas crianças e adolescentes. A síntese dos resultados foi estruturada em planilha, realizando um breve comparativo entre os mesmos, onde pode-se observar qual espaço encontra-se mais adequado e com melhor funcionalidade, apresentando os pontos positivos e negativos do local analisado em relação aos atributos presentes na análise, constatando que de fato o planejamento do local influi de forma positiva ou negativa na vida das pessoas.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social. Crianças. Arquitetura. Influência.

Abstract

Social exclusion is becoming increasingly evident in society, especially in the lives of children and adolescents suffering social vulnerability and poverty, which triggers other social problems such as marginalization and drug use. In Brazil, existing national policies for the protection of minors proved to be ineffective until 1990, the year in which the ECA (Child and Adolescent Statute) was created, becoming an important landmark in this field. After this period, we began to think more about how to reduce the exclusion of this public victim of socioeconomic fragility, and how the architecture and design of spaces can influence them. The objective of this paper is to perform a technical perception analysis in three spaces of child welfare in the city of Francisco Beltrão, Paraná, having as methodology a bibliographic study followed by walkthrough spatial survey, evaluating items such as structure, accessibility, comfort, playfulness and safety. The article presents how the adequacy of spaces can improve this process of reinsercion of them into society, thinking in the environment and its surroundings in which architecture acts as an instrument of transformation, emphasizing the influence of space on the growth and development of these children and adolescents. The synthesis of the results was structured in a spreadsheet, making a brief comparison between them, where it can be observed which space is more appropriate and with better functionality, presenting the positive and negative points of the analyzed place in relation to the attributes present in the analysis, noting that in fact the planning of the place influences positively or negatively in people's lives.

Keywords: Social vulnerability. Children. Architecture. Influence.

Introdução

A violência infantil, pobreza e marginalização são temas que afetam a sociedade numa maneira geral, desenvolvendo situações de risco como vulnerabilidade e desigualdade social. Estes problemas afetam diretamente o desenvolvimento do ser humano, principalmente na infância, onde a criança está em formação e é fortemente influenciada pelo meio social em que se desenvolve, impossibilitando-a de acesso a uma série de direitos que a auxiliam a ter um crescimento adequado. Segundo a Fundação Abrinq, no Cenário da Infância e Adolescência no Brasil (2017), cerca de 17 milhões de crianças de até 14 anos vivem em domicílios de baixa renda, além de estarem expostas ao trabalho infantil e à educação precária, o que poderá vir a desencadear inúmeros problemas sociais, como criminalidade, uso de drogas, alcoolismo e vivência nas ruas.

É preciso ter claro que a pobreza cria fatores de riscos, que reduzem a esperança de vida e depreciam a sua qualidade. A pobreza, principalmente quando atinge as crianças e os jovens, cria deficiências que comprometem não somente o futuro dos indivíduos, mas o futuro da sociedade em conjunto (ABRAMOVAY et al., 2002, p. 69).

As políticas de assistência social para crianças e adolescentes sofreram diversas modificações com a passagem dos anos. Há séculos atrás, os atendimentos eram realizados em igrejas, orfanatos e hospitais. Com a criação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em 1990, uma nova concepção a respeito de temas relacionados a esse público despertaram maior atenção, além de ser considerado um marco importante neste campo reflexivo. Embora a preocupação com esse tema fosse anteriormente existente, a partir deste momento consolidou-se conceitos relacionados à humanização destes espaços e em como a arquitetura possa contribuir na formação e aprendizado do indivíduo, pensando na sua qualidade de vida e bem-estar.

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, p. 132).

Conforme a Unicef (2016) o Brasil possui uma das melhores legislações para crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que a desigualdade atinge a sociedade, trazendo falta de oportunidades e amparo, isso porque as mesmas leis que garantem esses direitos não são cumpridas no cotidiano. O não cumprimento destes direitos, aliado a exclusão social, deixam danos irreparáveis na criança e adolescente em formação, além de trazer consequências que afetam toda a sociedade.

Este tema surgiu com a necessidade de prevenir decorrências causadas pela vulnerabilidade na infância e adolescência, a fim de reduzir os danos desencadeados pela exclusão social, enfatizando a importância de exteriorizar o quanto a arquitetura pode influenciar positiva ou negativamente por meio dos espaços e ambientes projetados ao público infantil que se encontram inseridos neste contexto. No presente artigo, os objetos de estudo serão espaços voltados à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social na cidade de Francisco Beltrão, localizada no sudoeste do Paraná, abordando a relevância da arquitetura nestes locais de assistência social por meio de análises desenvolvidas através das bibliografias pesquisadas.

De acordo com os dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, a cidade possuía uma população de 78.943 habitantes, sendo 22,2% destes, crianças de 0 a 14 anos. O mesmo censo indica que 26,5% da população ocupada possui o rendimento nominal mensal de até ½ salário mínimo. Em decorrência disto, o município possui alguns espaços voltados para o público infantil em situação de fragilidade socioeconômica, onde foram selecionados três destes, sendo a Escola Oficina Adelíria Meurer, CEJU – Centro de Juventude e Casa Abrigo Anjo Gabriel, com o objetivo de realizar uma análise de percepção técnica, afim de compreender seus espaços e suas condições, avaliando seus desempenhos de acordo com os critérios estabelecidos por meio de pesquisa bibliográfica dos autores referenciados. Estes espaços foram escolhidos por se tratarem de locais que oferecem serviços distintos, como esporte, educação, lazer e acolhimento; e visam a reestruturação social por meio de ambientes e atividades específicas, que serão abordados no decorrer do trabalho.

Metodologia

Este trabalho foi estruturado em duas etapas, baseando-se a primeira em estudo bibliográfico, por meio de teses, artigos e livros publicados sobre vulnerabilidade social infantil, identificando por meio destes autores os atributos estabelecidos para a análise que será desenvolvida. Assim sendo, a segunda etapa consiste em uma abordagem multimétodos que inclui um levantamento espacial com *walkthrough*, baseando-se no contato e conhecimento do espaço a ser analisado de acordo com a observação do autor, o qual foi realizado em três espaços de assistência social infantil na cidade, tratando-se da Escola Oficina Adelíria Meurer, CEJU – Centro de Juventude, e Casa Abrigo Anjo Gabriel. Esta segunda etapa divide-se em duas partes, tratando-se a primeira de uma análise qualitativa do espaço por meio de uma percepção técnica concebida a partir do método *walkthrough*, que foi definida através de planilha com fundamento nos atributos citados no referencial teórico, que serão esclarecidos nos próximos tópicos. Esta análise avalia os espaços com notas de 0 a 5 pontos, sendo 0 para inexistente e condições críticas e 5 para condições adequadas. Já a segunda parte consiste em entrevistas estruturadas com roteiro predefinido abordando temas como funcionalidade, atendimento, programa de necessidades e estrutura do local. As informações levantadas foram arquivadas em arquivo Excel, que permitiu uma síntese dos resultados obtidos.

Definição dos atributos e sub atributos

Conforme citado na metodologia, a definição dos atributos e sub atributos desenvolveu-se de acordo com o referencial teórico, onde foram selecionados termos e expressões mais comumente utilizados pelos autores referenciados a respeito da vulnerabilidade infantil e o espaço em que a criança e adolescente se desenvolvem. Tais itens se destacaram por possuírem forte significado e importância na concepção de um espaço preparado para este público. Os sub atributos foram desenvolvidos pensando na estruturação e composição dos atributos e na forma que poderiam ser analisados de acordo com a percepção da autora do presente trabalho.

Devido a estes fatores, foi desenvolvida a planilha utilizada na análise de percepção técnica, a fim de ser aplicada em cada local de acordo com a observação da autora, juntamente com o método *walkthrough*, onde serão avaliados os itens a seguir:

Estrutura – Visto que nos espaços físicos ocorrem as relações e trocas dos usuários, a estrutura deve ser considerada como prioridade na elaboração de projetos infantis, pensando na relação indivíduo-espço. Portanto, este item abrange a estruturação dos ambientes e seu ordenamento, avaliando os sub atributos estacionamentos, sanitários, administração, convívio/recreação, alimentação, esporte, espaços verdes e espaços direcionados, onde o último se refere ao espaço principal do qual se trata a instituição, podendo ser salas de aula ou dormitórios, por exemplo.

Acessibilidade – Destaca-se a importância deste atributo na inclusão dos indivíduos, garantindo seus direitos e a inserção de todos à sociedade, sendo a arquitetura primordial na concepção e planejamento destes espaços acessíveis. Em vista disso, este item avalia os sub atributos obstáculos, larguras, acessos, piso tátil, rampa, fluxos, sinalização e presença de corrimão, de acordo com os aspectos de mobilidade em conformidade com a NBR 9050.

Confortabilidade – Este elemento é responsável por propiciar as sensações de bem-estar e prazer às pessoas, estimulando a vontade de permanência no local. Este atributo avalia os itens ergonomia, conforto térmico, conforto lumínico, conforto acústico, ambiência, layout, mobiliário e dimensão dos espaços, de acordo com as percepções positivas ou negativas despertadas no observador.

Aspectos lúdicos – A utilização de elementos lúdicos no âmbito infantil favorece o aprendizado, bem como a formação e desenvolvimento da criança, uma vez que desperta seu interesse devido a descontração e leveza do ambiente. Este atributo avalia os sub atributos texturas, formas, cores, espaços recreativos, materiais, fachada, elementos marcantes ou diferenciados e espaços externos.

Segurança – Por se tratar de um público mais vulnerável, os espaços devem prezar pela segurança, promovendo sensações de proteção e acolhimento. Avalia os sub atributos tipo de piso, existência de câmeras e porteiro, mobiliário, sinalização, acessos, guarda-corpo e inclinação da rampa.

| PLANILHA ANÁLISE PERCEPÇÃO TÉCNICA DO RECINTO: | | | | | | | | | |
|--|-----------------|------------|---------------|---------------------|-------------|---------|----------------|----------------------|-------|
| ATRIBUTOS | SUB ATRIBUTOS | | | | | | | | TOTAL |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | |
| ESTRUTURA | ESTACIONAMENTOS | SANITÁRIOS | ADMINISTRAÇÃO | CONVÍVIO/RECREAÇÃO | ALIMENTAÇÃO | ESPORTE | ESPAÇOS VERDES | ESPAÇOS DIRECIONADOS | |
| | OBS: | | | | | | | | |
| ACESSIBILIDADE | OBSTÁCULOS | LARGURAS | ACESSOS | PISO TÁTIL | RAMPA | FLUXOS | SINALIZAÇÃO | PRESENÇA DE CORRIMÃO | |
| | OBS: | | | | | | | | |
| CONFORTABILIDADE DE | ERGONOMIA | TÉRMICO | LUMÍNICO | ACÚSTICO | AMBIÊNCIA | LAYOUT | MOBILIÁRIO | DIMENSÃO DOS ESPAÇOS | |
| | OBS: | | | | | | | | |
| ASPECTOS LÚDICOS | TEXTURAS | FORMAS | CORES | ESPAÇOS RECREATIVOS | MATERIAIS | FACHADA | ELEMENTOS | ESPAÇOS EXTERNOS | |
| | OBS: | | | | | | | | |
| SEGURANÇA | TIPO DE PISO | CÂMERAS | PORTEIRO | MOBILIÁRIO | SINALIZAÇÃO | ACESSOS | GUARDA-CORPO | INCLINAÇÃO RAMPA | |
| | OBS: | | | | | | | | |
| | | | | | | | | RESULTADOS | |

FIGURA 1 - Planilha de Análise da percepção técnica do recinto.

Fonte: Autoras, 2019.

Breve descrição dos espaços a serem analisados na cidade

Francisco Beltrão é um município brasileiro, que se localiza no sudoeste do estado do Paraná. Possui população estimada, segundo dados IBGE (2018), de 89.942 habitantes, o qual será nosso objeto de estudo.

De acordo com a Prefeitura Municipal, a Secretária Municipal de Assistência Social – SMAS é responsável pelas questões e execuções de políticas referentes a assistência social na cidade. As ações e serviços de proteção social e combate à desigualdade social são desenvolvidos de forma integrada aos demais setores envolvidos. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Francisco Beltrão – CMDCA é um órgão autônomo e independente, o qual formula as políticas básicas de atendimento a esse público e presta atendimentos e serviços às crianças e adolescentes do município. Entre as atribuições do Conselho, que prezam em garantir o direito da criança e adolescente, encontram-se ações de apoio socioeducativo, colocação familiar, acolhimento institucional, orientação e apoio sociofamiliar, prestações de serviço à comunidade, liberdade assistida, internação, entre outros itens.

A análise da percepção técnica do espaço será realizada em três locais voltados para atendimentos e programas assistenciais para crianças e adolescentes em vulnerabilidade e risco social, espaços estes que foram selecionados por oferecerem atividades diferentes em cada um deles, abordando todos os aspectos necessários e importantes para o público infanto-juvenil em formação, sendo na área de esporte, educação, lazer, acolhimento e convívio social. Cada um deles funciona de maneira divergente no desenvolvimento dos mesmos, trazendo benefícios na vida das crianças vítimas de fragilidade socioeconômica e exclusão social, a fim de analisar como a arquitetura age em locais que possuem a mesma finalidade de readequá-los à sociedade, porém, com desempenhos e intervenções dissemelhantes em cada programa aplicado.

Em vista disso, o município apresenta um abrigo denominado Casa Abrigo Anjo Gabriel, localizado no bairro Miniguaçu, que foi criado em 1995, possuindo a finalidade de oferecer acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar por determinação judicial, através de medidas protetivas, em função do abandono ou da impossibilidade de cumprir a função de cuidados e proteção, onde ficam até que seja possível retornarem para sua família de origem, ou serem adotados por família substituta. O local fornece atendimento nas áreas educacionais, matriculando as crianças em escolas e creches; de saúde, com um profissional de medicina em acompanhamento semanal; sociais, com assistência social e psicóloga; lazer, oferecendo condições de participação das crianças e adolescentes em atividades culturais, esportivas e de lazer, estimulando o convívio com a sociedade; e apoio jurídico, oferecendo acompanhamento e orientação em todas as fases do processo.

A Lei nº12.010 (2009), que dispõe sobre adoção, pronuncia em seu Artigo 101

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009, p. 1).

Em relação à educação a Escola Oficina Adelíria Meurer possui caráter socioeducativo, em turno contrário ao escolar, atendendo crianças e adolescentes de 6 a 17 anos em situação de vulnerabilidade, oferecendo atividades variadas como artesanato, proatividade, teatro, informática, grafite, educomunicação, música, dança, tae-kwon-do, arte circense e cursos, buscando profissionalizá-los, abrindo caminhos para o mercado de trabalho. Além disso, o local busca fortalecer a convivência familiar e comunitária estimulando a participação cidadã.

O Centro da Juventude – CEJU, no bairro Pinheirão, inaugurado em novembro de 2013, atende crianças e jovens de 12 a 18 anos que se encontram em situação de risco social, oferecendo atividades culturais, esportivas, tecnológicas e de lazer que favoreçam na sua formação, além de acompanhamentos pedagógicos e psicossocial. É um espaço aberto e acessível a todos, fornecendo ações para a formação pessoal e profissional destas crianças e adolescentes. Os jovens recebem pagamento de bolsa auxílio, pois atuam em projetos e ações de caráter público. As oficinas oferecidas no Centro são artes, dança, grafite, educomunicação, skate, arte circense, natação, futsal, informática, voleibol, xadrez, teatro e tae-kwon-do.

A arquitetura agindo na estruturação, confortabilidade e segurança do espaço

De acordo com Horn (2004, p.28): “É no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções [...]”. Desde a infância estamos em constante processo de aprendizado e conhecimento, o qual ocorre em diferentes espaços e circunstâncias. Em decorrência disso, a arquitetura relaciona-se com o desenvolvimento infantil de modo a ocasionar percepções e sentimentos distintos através de seus ambientes, causando diversificadas sensações, entre elas conforto, bem-estar e segurança às crianças e adolescentes.

Assim sendo, a estruturação dos espaços deve ser pensada desde o princípio de forma a atender seu público-alvo, bem como suas necessidades. É preciso estabelecer o vínculo que o indivíduo vai exercer em relação ao espaço. Cada ambiente deve ser desenvolvido para seu uso específico, propiciando conforto e bem-estar. Alberto e Chimirra (2010) acreditam que através do uso, o homem se apropria do espaço, identificando-se com ele, sendo o uso dinamizado e concretizado pelo modo de viver e o modo de ser de um indivíduo.

A humanização nos ambientes possui três eixos que o norteiam e que podem ser utilizados como facilitadores no processo de trabalho. Sendo o primeiro eixo a confortabilidade, onde os seus elementos qualificam e modificam o espaço, como a cor, o cheiro, o som e a iluminação; e a combinação destes elementos quando em equilíbrio podem proporcionar ambientes acolhedores aos usuários. O segundo eixo é a produção de subjetividades, onde as pessoas que utilizam o espaço devem sentir-se integradas e inclusas. Já o terceiro eixo é o espaço como ferramenta facilitadora do processo de trabalho, ou seja, vai além da arquitetura, oferecendo clareza nos ambientes construídos (RIBEIRO; GOMES; THOFEHRN, 2014).

Segundo Alberto e Chimirra (2010, p. 2) “O espaço chega ao indivíduo como informação que inclui formas e cores, mas também remete ao uso convencional das estruturas, transformando-as em lugar, em ambiente com significado para o indivíduo”. As cores nos transmitem sensações e reflexos, e a psicologia explica essa influência, onde as sensações são percebidas através de estímulos físicos. Em concordância com Farina, Perez e Bastos (2006) as cores influenciam os seres humanos e causam efeitos fisiológicos ou psicológicos, causando alegria ou tristeza, exaltação ou depressão, calor ou frio, ordem ou desordem e tantos outros sentimentos.

Sabe-se que o espaço influencia o ser humano, assim sendo a humanização ou o ato de tornar mais humano, juntamente com a hospitalidade na arquitetura, tornam o ambiente mais agradável e apto a realizar as atividades de forma natural. Ciaco (2010) descreve que o que torna o ambiente humanizado é o fato de estabelecerem uma ligação forte e significativa com o usuário.

A influência do lúdico na concepção de espaços infantis

No século XVIII, Johann Heinrich Pestalozzi conclui que a utilização de elementos lúdicos e de brinquedos nos ambientes infantis e de aprendizagem tornam a escola uma extensão do lar, representando a proteção (NASCIMENTO, 2012). Entretanto, foi a partir do século XX que temas relacionados ao aprendizado da criança passaram a ser pensados minuciosamente de forma que o espaço contribua para seu crescimento, levando em consideração questões como o entorno e o maior contato com o externo, propiciando novas sensações espaciais.

Segundo Lima (2001, p. 16): “o espaço é muito importante para a criança pequena, pois muitas das aprendizagens que ela realizará em seus primeiros anos de vida estão ligadas aos espaços disponíveis e/ou acessíveis a ela”. O espaço pensado e projetado desde o princípio oferece segurança e conforto às crianças, que em fase de aprendizagem necessitam de liberdade de movimentos e ações, possibilitando sua interação com o meio, de forma que contribua na sua formação e socialização no ambiente.

A arquitetura e o ambiente construído transmitem sensações que são refletidas nos espaços devido a fatores visuais, olfativos e sonoros, como forma, cores, ludicidade, texturas, e estas estão diretamente ligadas ao aprendizado da criança e adolescente, pois estes elementos influenciam a forma de pensar e despertar seu interesse, consequentemente devido a estes fatores o lúdico se torna essencial na concepção de ambientes desenvolvidos para o público infantil.

O brincar e o lúdico são as primeiras formas de nos expressarmos, e nos fazem participar de ideias e de objetivos comuns. Esses símbolos, no cotidiano das crianças, são elementos essenciais para o seu desenvolvimento, assim favorecendo a autoestima e o aprendizado de novas atividades (ANJOS, 2007, p. 16).

A organização do espaço deve ser distribuída de forma que estimule os sentidos da criança em vários campos, como o cognitivo, o social e o motor, oportunizando a criança controlar o próprio corpo e seus movimentos, permitindo que recebam estímulos do meio em que se inserem, bem como do ambiente externo. Outro fator importante é personalizar cada ambiente de modo que a identificação pessoal da criança seja significativa, desenvolvendo sua autonomia e independência (HANK, 2006).

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil

Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação” (REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 1998, vol. 1, p. 21-22).

Reconhecer as particularidades de cada criança e adolescente é um desafio para os espaços de assistência, os quais devem ser organizados para que promova o desenvolvimento integral do indivíduo, potencializando suas habilidades e construindo sua autonomia por meio dos ambientes que proporcionarão sua melhor expressividade.

A acessibilidade na inclusão dos indivíduos à sociedade

Conforme o censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, a cidade de Francisco Beltrão possui 16.064 pessoas com algum tipo de deficiência, ou seja, 21,05% da população do mesmo ano necessita de espaços acessíveis.

A lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, considera

Art. 2º Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, p. 1).

A integração de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais garante sua inserção na sociedade e no meio comum, se tornando evidente a importância de garantir a acessibilidade nos ambientes a serem projetados, pois prezam seus direitos e os tratando como iguais. Segundo Aranha (2000, p. 2) “a ideia de inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade”.

A inclusão defende o direito de todos os indivíduos participarem da sociedade, sendo um movimento educacional e social que respeita e aceita os demais. No âmbito educacional, garante ao aluno desenvolver suas potencialidades, adequando suas competências de forma que o acesso da cidadania seja preservado (NOVAK, 2015).

Os espaços quando adaptados à acessibilidade garantem os direitos fundamentais de ir e vir de um indivíduo, porém quando estes espaços arquitetônicos são pensados e projetados desde o início de maneira acessível, se tornam muito mais assertivos e funcionais. A Norma NBR 9050 estabelece critérios e parâmetros a serem observados em cada projeto, e declara que “esta Norma visa proporcionar maior quantidade possível de pessoas, independentemente da idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário [...]”.

As particularidades de cada criança e adolescente deve ser respeitada e prezada, considerando que a aprendizagem e seus direitos são garantidos através do espaço disponibilizado, o qual deve ser projetado de modo que assegure a acessibilidade e inclusão social de todos os indivíduos da sociedade. Entretanto, apesar do significado físico-espacial da palavra acessibilidade, este é um termo muito mais abrangente, que aceita a diversidade social e cultural, assegurando a cidadania de todos.

Neste sentido, a acessibilidade plena ao ambiente construído pressupõe uma cumplicidade entre o usuário e o espaço construído. Essa interação pode ser potencializada por meio da compreensão da funcionalidade dos elementos arquitetônicos e da percepção gerada pelos estímulos ambientes. O meio ambiente exerce uma influência direta no indivíduo [...] (BERNARDI. et al, 2011, p. 224).

Segundo Bernardi et al (2011) os indivíduos usam os espaços de formas diferentes, de acordo com suas habilidades e percepções; portanto, se faz necessário que o conceito de acessibilidade seja expandido, trazendo o acesso às percepções através da qualidade, entendimento e clareza arquitetônica do espaço projetado, visando garantir a interação entre pessoa e ambiente, permitindo experiências sensoriais por meio do conceito de Desenho Universal.

Estudos de caso

Com base na tabela de análise de percepção técnica, anexada no tópico “Definição dos atributos e sub atributos”, obteve-se os resultados dos três recintos avaliados, de forma com que cada atributo (estrutura, acessibilidade, confortabilidade, aspectos lúdicos e segurança) possui 8 novos sub atributos, sendo que cada um destes foi avaliado com uma nota de 0 a 5 pontos, podendo cada atributo chegar a um total de 40 pontos, totalizando os 5 atributos com 200 pontos. A nota total da Casa Abrigo Anjo Gabriel foi de 84 pontos, do CEJU – Centro de Juventude 107 pontos e a Escola Oficina Adelíria Meurer 99 pontos, como indica a tabela a seguir:

| PLANILHA QUANTITATIVA DA SOMA DOS SUB ATRIBUTOS DOS ESPAÇOS | | | | | | |
|---|-----------|----------------|------------------|------------------|-----------|-------|
| LOCAL | ATRIBUTOS | | | | | TOTAL |
| | ESTRUTURA | ACESSIBILIDADE | CONFORTABILIDADE | ASPECTOS LÚDICOS | SEGURANÇA | |
| CASA ABRIGO | 18 | 12 | 23 | 14 | 17 | 84 |
| CEJU | 24 | 17 | 29 | 16 | 21 | 107 |
| ESCOLA OFICINA | 26 | 18 | 22 | 18 | 15 | 99 |

FIGURA 2 - Planilha Quantitativa da soma dos sub atributos dos espaços.

Fonte: Autoras, 2019.

Na tabela acima chegou-se aos resultados com a soma dos sub atributos de cada espaço, que mostra o resultado individual de cada lugar observado, obtendo a nota total de cada atributo em si, apresentando qual local alcançou um melhor desempenho num todo, estando mais adequado o CEJU, seguido da Escola Oficina, sendo a Casa Abrigo considerada menos apropriada.

Pode-se analisar que o CEJU – Centro de Juventude obteve maior nota nos atributos de confortabilidade e segurança, com 29 e 21 pontos respectivamente; enquanto a Escola Oficina Adelíria Meurer encontra-se a frente nos aspectos de estrutura, acessibilidade e aspectos lúdicos, com 26, 18 e 18 pontos respectivamente. Já a Casa Abrigo Anjo Gabriel encontra-se desqualificada em todos os quesitos analisados. Encontram-se em melhores ou bons estados os atributos confortabilidade e estrutura, enquanto a acessibilidade e aspectos lúdicos apresentam nota mais baixa e deixam a desejar em todos os locais avaliados. Deve-se destacar que apesar de alguns recintos avaliados possuírem notas mais altas que outros, os mesmos não se encontram adequados e pertinentes ao que de fato deveriam satisfazer, visto que a nota total de cada local analisado poderia chegar a 200 pontos, e dois destes não obtiveram sequer metade da nota.

Embora os três espaços possuam notas semelhantes e não fiquem tão discrepantes na pesquisa, pode-se analisar um melhor desempenho no espaço CEJU – Centro de Juventude, que obteve uma nota de 107 pontos, devido sua estrutura ter sido construída mais recente e apresentar melhores

Embora os três espaços possuam notas semelhantes e não fiquem tão discrepantes na pesquisa, pode-se analisar um melhor desempenho no espaço CEJU – Centro de Juventude, que obteve uma nota de 107 pontos, devido sua estrutura ter sido construída mais recente e apresentar melhores condições, porém este Centro encontra-se muito inferior no quesito áreas verdes, não possuindo vegetação e paisagismo, o que se torna um grande ponto negativo para o espaço, pois ocorre aumento de temperatura, principalmente por se tratar de uma área de esportes, em que deveria ser presado pelas sensações de bem-estar através, principalmente, da arborização. Como

ponto positivo, pode-se mencionar também os estacionamentos e sua quantidade significativa, além dos espaços direcionados, que neste caso são as quadras e piscinas, por se tratar de um local de esporte, onde se encontram em bom estado de utilização, contando com uma piscina semiolímpica descoberta e uma quadra poliesportiva que serve para diversas atividades, possuindo estes sub atributos uma nota de 4 pontos, como mostra as Figuras 3 e 4.

FIGURA 3 - Piscina semiolímpica do Centro da Juventude - CEJU

Fonte: Autoras, 2019



FIGURA 4 - Quadra poliesportiva do Centro da Juventude - CEJU

Fonte: Autoras, 2019



Quanto à acessibilidade, todo o terreno encontra-se nivelado, o que não apresenta maiores dificuldades, pois todos os acessos são facilitados, além de que os banheiros internos foram adaptados para pessoas portadoras de necessidades específicas. A ausência de uma setorização mais efetiva no Centro torna-se um ponto negativo, necessitando de um espaço mais legível que de fato siga os fluxos e a separação dos ambientes por setores, trazendo mais clareza e compressão do local.

No atributo confortabilidade, o CEJU obteve maior nota em relação aos outros dois espaços, pois sua ergonomia é adequada às crianças e adolescentes, possui conforto térmico no interior da edificação, com 3 pontos, pois sua temperatura é amena, seguido por 4 pontos no conforto acústico, pois todas as salas são independentes e funcionam sem interferir nas demais atividades, destacando-se o conforto lumínico por possuir grandes aberturas e janelas na fachada, além de possuir uma abertura zenital no saguão de acesso aos demais ambientes. Os espaços possuem dimensões apropriadas para as atividades que são realizadas no local. Sobre espaços lúdicos, o item que maior se destaca é a presença de cores, já que sua fachada não possui nenhum diferencial, podendo-se observar na Figura 5. Em questão de segurança, o Centro possui a presença de um vigia, e toda a entrada de pessoas é supervisionada e deve ser autorizada, porém não possui câmeras de segurança.

FIGURA 5 - Fachada do Centro da Juventude - CEJU

Fonte: Autoras, 2019



A Escola Oficina Adelíria Meurer obteve um total de 99 pontos e seu melhor desempenho encontra-se na estrutura com um total de 26 pontos, pois possui uma adequada quantidade de estacionamentos, dispõe de amplas salas de oficinas e suas áreas verdes existentes tornam-se o grande diferencial do espaço, devido a presença de um bosque, onde possui muita arborização e um local para as crianças brincarem e realizarem suas atividades, conforme mostra a Figura 6. Sua estrutura e fachada mais antigas, existentes a mais de décadas, apresentadas na Figura 7, foi onde funcionou a primeira escola da cidade, passou por alterações e adequações, sendo considerada uma infraestrutura um pouco precária em relação aos materiais, e devido a este fator a acessibilidade foi adequada, entretanto não planejada desde o princípio, possuindo apenas um banheiro externo adaptado.

FIGURA 6 - Bosque da Escola Oficina Adelíria Meurer.

Fonte: Autoras, 2019



A ergonomia do local funciona, uma vez em que o mobiliário possui medidas adequadas. Possui boa iluminação no interior da edificação e grandes pátios externos com caminhos cobertos, o que se torna um ponto positivo do local. Como fator negativo da Escola Oficina, assim como o CEJU, tem-se a falta de setorização, sendo que a área administrativa se dispersa, tornando-se um espaço de difícil compreensão de fluxos e localização. Possui quadra de esporte em situação precária. Quanto aos aspectos lúdicos não possui nenhum atrativo, destacando-se apenas as cores utilizadas e os espaços externos que atraem a atenção do público, em decorrência da vegetação existente. A segurança deixa a desejar, uma vez que não possui câmeras e nem vigia, além do acesso ser complicado e as ruas próximas de difícil acesso e pouca largura. O tipo de piso dentro da edificação é azulejo e fora pedra brita e paver, como mostra a Figura 8, podendo ocasionar acidentes.



FIGURA 7 - Fachada da Escola Oficina

Fonte: Autoras, 2019



FIGURA 8 - Caminhos da Escola Oficina

Fonte: Autoras, 2019

A Casa Abrigo Anjo Gabriel, com nota 84, possui menor desempenho no quesito acessibilidade, visto que a edificação não foi adequada às normas estabelecidas pela NBR 9050. Embora o terreno seja predominantemente plano e a edificação possuir apenas 1 pavimento, encontrando-se entradas com pequenos desníveis sem a presença de rampa. Os banheiros também não são adaptados às pessoas portadoras de necessidades. Possui 12 estacionamentos e seu entorno é arborizado, o que torna o ambiente mais agradável, embora o terreno em si não possua muita arborização e paisagismo. Como fatores positivos pode-se destacar a presença de uma ampla brinquedoteca e um playground na área externa, além de possuir uma horta.

A Casa Abrigo possui um grande espaço na parte da frente, porém não é seguro, pois não possui portão, conforme mostra a Figura 9, ficando sua entrada em contato com a rua, que possui grande movimentação de carros por se tratar de uma via principal. Possui câmeras de segurança e vigias. Quanto à sinalização, não possui nos ambientes nem de saídas de emergência. Quanto ao tipo de piso, na parte interna tem-se o vinílico e na parte externa azulejo e pedra brita. Possui cores nos ambientes e os espaços recreativos se tornam o diferencial do local. Quanto a confortabilidade do espaço, sua ambiência não possui uma setorização adequada, encontrando-se um layout bagunçado e mobiliário precário.



FIGURA 9 – Fachada da Casa Abrigo Anjo Gabriel.

Fonte: Autoras, 2019

Por questões judiciais de segurança e privacidade das crianças e adolescentes abrigadas no local, não foi autorizado a divulgação das fotografias tiradas no interior da Casa Abrigo Anjo Gabriel, sendo exposta apenas a imagem de sua fachada principal, onde a mesma encontra-se em contato direto com uma rua de grande fluxo de veículos.

Quanto aos aspectos lúdicos, os três ambientes analisados deixaram a desejar, pois não oferecem nenhum diferencial ao observador, principalmente por se tratar de um público de crianças e adolescentes, que necessitam sentir-se atraídos pelo local, com pontos específicos que chamem sua atenção, por meio da utilização de texturas, cores, formas, elementos ou a fachada em si. Sendo que o sub atributo elementos possui uma nota de 0 pontos em todos os recintos, pois são inexistentes. As cores foram o sub atributo que obtiveram maiores pontos neste quesito, visto que é o único tópico que os três espaços atendem, possuindo cores vibrantes que despertam o interesse do público-alvo.

Em relação aos espaços externos, quem obteve maior nota, com 4 pontos foi a Escola Oficina Adelíria Meurer, devido ao fato de possuir um bosque em frente a seu espaço, onde é realizada atividades com as crianças e adolescentes, o que se torna o grande diferencial do local, além de influir positivamente na questão de bem-estar e qualidade de vida do espaço.

Considerações finais

Embora o município apresente espaços destinados à crianças e adolescentes em situação de risco social, em que funcionam atividades de áreas distintas, pode-se perceber a carência de um espaço mais integrado e completo, que funcione várias áreas em apenas um lugar, como esporte, lazer, educação, saúde e assistência social, trazendo funcionalidade e praticidade.

Em relação aos espaços analisados, no geral nota-se uma necessidade de áreas mais verdes e integradas, melhorando o conforto térmico do local, aumentando as sensações de bem-estar e prazer, além de ser esteticamente mais agradável. Outro ponto considerável se trata da setorização, que nos três recintos apresenta falha na mesma, trazendo ilegibilidade e dificuldade de fluxos e compreensão do espaço, uma vez que um espaço organizado por setores funciona satisfatoriamente melhor. Observa-se também a ausência de um planejamento adequado ao layout e a ambiência do espaço.

Quanto as notas dos atributos considerados, pode-se notar que apesar de alguns locais possuírem avaliações mais altas, ainda assim não se encontram apropriados ao que de fato deveriam oferecer a sociedade, visto que cada atributo poderia chegar a 40 pontos, no qual o mesmo apresentou em alguns quesitos 12, 14 e 15 pontos, sendo consideradas as piores notas, não alcançando a média, em acessibilidade, aspectos lúdicos e segurança, respectivamente.

Sobre a acessibilidade, percebe-se que há uma carência, principalmente na Casa Abrigo Anjo Gabriel, que encontra-se desprovida de qualquer acessibilidade, impossibilitando a inclusão social de indivíduos que necessitam de um espaço adaptado, trazendo incoerências ao que de fato estes espaços de assistência oferecem, que se trata da inclusão e inserção de seus direitos. Quanto aos aspectos lúdicos, falta a presença de texturas, formas e elementos que despertem a imaginação e interesse do público-alvo, visto que se trata de crianças e adolescentes, onde o diferente atrai sua atenção. Pode-se notar apenas a presença de cores e espaços recreativos.

Pensando na inclusão social de indivíduos fragilizados devido a vulnerabilidade, necessita-se de um local mais integrado, com prestação de serviços e atendimentos em diversas categorias, ampliando programas oferecidos, melhorando os itens anteriormente citados que sofrem de deficiências projetuais, de maneira que o diferencial esteja nos espaços que estimulem o aprendizado e despertem o interesse destas crianças e adolescentes.

Os resultados apresentados visam contribuir para a teorização a respeito do tema da vulnerabilidade infantil e a influência que a arquitetura pode exercer na vida dos indivíduos, ponderando por meio de argumentos e embasamentos teóricos a importância da percepção da criança e adolescente, e o impacto que o ambiente causa em sua qualidade de vida e cotidiano. Com os estudos de caso analisados, compreendeu-se que o espaço, quando adequado, contribui para a reinserção à sociedade, influenciando positivamente na formação e desenvolvimento deste público-alvo. Este artigo visa trazer contribuições para futuros estudos a respeito do assunto, assim como proporcionar novas ideias e concepções a respeito de um tema tão importante e que merece sua devida atenção. Entretanto, é primordial que este tema seja abordado com mais frequência pela sociedade e meio científico, com o intuito de aprimorar os conhecimentos existentes e trazer novas vertentes.

Referencial bibliográfico

- ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002. 192 p.
- ALBERTO, L. C. F. R.; CHIMIRRA, V. A percepção de hospitalidade do ambiente construído: forma, indivíduo e sociedade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE O COMÉRCIO E CIDADE: UMA RELAÇÃO DE ORIGEM, 3., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010.
- ANJOS, C. dos. **Centro Cultural e Assistencial infantil: uma fábrica de criatividade**. 2007. 109 f. Trabalho final de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo (Monografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2007.
- ARANHA, M. S. F. A inclusão social e a municipalização. In: MANZINI, E. J. (Org.). **Educação especial: temas atuais**. Marília: UNESP - Marília Publicações, 2000. p. 1-9.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. 254 p.
- BERNARDI, N. et al. O desenho universal no processo de projeto. In: KOWALTOWSKI, D. C. C. K. et al. **O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. p. 222-234.
- BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Congresso Nacional**, Brasília, dez. 2000.
- BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil**, Brasília, agosto. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL, PARANÁ. Prefeitura de Francisco Beltrão. Secretaria de Assistência Social. **A secretaria**. Francisco Beltrão, 2013.
- BRASIL, PARANÁ. Prefeitura de Francisco Beltrão. Secretaria de Assistência Social. **Casa abrigo anjo Gabriel**. Francisco Beltrão, 2013.
- BRASIL, PARANÁ. Prefeitura de Francisco Beltrão. Secretaria de Assistência Social. **CEJU – Centro da Juventude**. Francisco Beltrão, 2013.
- BRASIL, PARANÁ. Prefeitura de Francisco Beltrão. Secretaria de Assistência Social. **Escola Oficina Adelíria Meurer**. Francisco Beltrão, 2013.
- BRASIL, PARANÁ. Prefeitura de Francisco Beltrão. Secretaria de Assistência Social. **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Francisco Beltrão – CMDCA**. Francisco Beltrão, 2013.
- CIACO, R. J. A.S. **A arquitetura no processo de humanização dos ambientes hospitalares**. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado) – EESC/USP, São Carlos, 2010.
- FARINA, M.; PEREZ, C.; BASTOS, D. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. 5 ed. São Paulo: Edgar Blucher, 2006.
- FUNDAÇÃO ABRINQ. **Genário da Infância e Adolescência no Brasil – 2017**. São Paulo, 2017. 60 p.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. Panorama proteção. **Situação no Brasil**. 2016.

HANK, V. L. C. **O espaço físico e sua relação no desenvolvimento e aprendizagem da criança**. Universitário Leonardo da Vinci, 2006. Disponível em: < <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-espaco-fisico-sua-relacao-no-desenvolvimento-aprendizagem-.htm>>. Acesso em: 13 março. 2019.

HORN, M. da G. de S. **Sabores, cores, sons, aromas: A organização dos espaços na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Panorama**. Francisco Beltrão, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisas. **Censo demográfico**. Francisco Beltrão, 2010.

LIMA, E. de S. **Como a criança pequena se desenvolve**. São Paulo: Sobradinho, 2001. 33 p.

NASCIMENTO, M. F. P. do. **Arquitetura para a educação: a contribuição do espaço para a formação do estudante**. 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NOVAK, M. F. C. **A importância da acessibilidade e inclusão de deficientes físicos nas escolas**. 2015. 41 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização Educação em Direitos Humanos) - Universidade Federal do Paraná, Irati, 2015.

RIBEIRO, J. P.; GOMES, G. C.; THOFEHRN, M. B. Ambiência como estratégia de humanização da assistência na unidade de pediatria: revisão sistemática. **Revista Esc Enferm USP**, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 530-539, março. 2014.

Anexo 01

Questionário Estruturado aplicado nos três recintos

1. Como é o funcionamento do local?
2. O que o local oferece às crianças?
3. O local atende quantas crianças?
4. Qual o horário de funcionamento?
5. Atende somente o bairro ou todo município?
6. Quantos funcionários trabalham no local?
7. Qual o programa de necessidades?
8. Para o entrevistado, o que falta para um atendimento que supra as necessidades da população?

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submissão: 15/08/2019

Aceite: 12/12/2019